



CREF 14
GO - TO

Conselho Regional de Educação Física - 14ª Região

GOIÁS E TOCANTINS
CNPJ 08.024.822/0001-14



1 **ATA DO DIA 30/05/2020 DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO**
2 **FÍSICA DA 14ª REGIÃO**
3 **CREFF14 GO/TO**

4
5 No trigésimo dia do mês de maio de dois mil e vinte, às 14h18', virtualmente pelo aplicativo Microsoft
6 Teams, foi iniciada a gravação da **REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE**
7 **EDUCAÇÃO FÍSICA DA 14ª REGIÃO – CREF 14 GO/TO**, estando presentes os **CONSELHEIROS EFETIVOS:** Marcos
8 Lopes de Oliveira – Presidente, Marcelo de Castro Spada Ribeiro - 1º Vice-Presidente – Francione Cardoso –
9 2º Vice-Presidente, Luiz Gustavo Peres da Silva - 1º Tesoureiro, Marco Antônio de Medeiros Batista – 2º
10 Tesoureiro, Rubens Pereira de Melo Junior – 1º Secretário, Diego Adams Rezende – 2º Secretário, Bruno José
11 Rosa Gonçalves de Matos – Conselheiro, Carolline Gimenez Graça – Conselheira, Delton Domingos Rosa –
12 Conselheiro, Jullyanna Karoliny Silva – Conselheira, Thiago Remotto Domiciano – Conselheiro, William Moisés
13 de Souza – Conselheiro, Ernesto Flávio Batista Borges Pereira – Conselheiro, Iranse Oliveira Silva –
14 Conselheiro, Denis Diniz – Conselheiro, Willian Mendes – Conselheiro, Jovino Oliveira – Conselheiro, Rodrigo
15 Mangela – Conselheiro, Paulo Maia - Conselheiro. O Presidente Marcos Lopes de Oliveira desejou uma boa
16 tarde a todos e iniciou falando sobre o **ITEM I – APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DE JUSTIFICATIVAS DE**
17 **FALTAS:** A conselheira Jullyanna foi efetivada como suplente e o Conselheiro Thiago Remotto também.
18 Conselheiro Ernesto fica no lugar de Nozelmar Borges, Iranse no lugar do Mauro Roriz e William Moises no
19 lugar da Milena. Os conselheiros Rogério Frazão, Mauro Roriz, William Alves de Lima e Milena Emídio
20 justificaram ausência; Mauro Roriz justificou que estaria na fazenda e abriu votação para analisarem a
21 mesma: Marcelo aceitou, Bruno aceitou, Delton aceitou, Denis aceitou, Ernesto aceitou, Paulo Maia
22 aceitou, Willian Mendes aceitou, Wiliam Moisés aceitou, Iranse aceitou, Thiago Remoto aceitou, Jullyanna
23 aceitou, Carollinne Gimenes aceitou, Francione aceitou, Marcos Lopes aceitou, Luiz Gustavo aceitou,
24 Rodrigo aceitou, Jovino aceitou, Rubens aceitou, Diego aceitou e Paulo Maia aceitou. Sobre a justificativa
25 que o Conselheiro Rogério Frazão apresentou, Francione, Diego e Delton sugeriram que ele seja avisado
26 para enviar justificativa em 48h; Marcelo, Marco Antonio, Carolline, Luiz Gustavo, Thiago Remotto e William
27 Moisés foram contrários à justificativa apresentada "Estou fora"; Bruno é a favor; Jullyanna e Rubens são
28 contrários; Jovino fala que como o Rogério é suplente não precisa justificar ausência concordando com o
29 Bruno; O presidente Marcos Lopes explica que não recebemos a confirmação ou ausência da presença
30 nas reuniões com antecedência, mesmo enviando com no mínimo 10 (dez) dias anterior à realização da
31 mesma, de maneira que todos os efetivos precisam ser convocados e precisam justificar a ausência;
32 Ernesto disse que ficou claro na última reunião sobre a convocação de todos e se abstém a votar na
33 justificativa de Rogério Frazão, devendo o mesmo ser comunicado para apresentar sua justificativa em 24h;
34 Marcelo Spada esclarece que Rogério Frazão é efetivo e precisa justificar sua ausência; Denis sugere que
35 se até um dia anterior não houver resposta, comunicar nova solicitação para que não haja prejuízos. Luiz
36 Gustavo fala que o prazo sugerido de 48 ou 24h não pode ser feito. O Presidente Marcos Lopes fala que o
37 prazo para convocação é de 10 dias e esse é o prazo para a justificativa. Francione informa que não tem
38 como alterar prazo enquanto não alterar o regimento e que o conselheiro tem até 48h para justificar
39 ausência, após a reunião. O Presidente Marcos solicita a Loraine – Secretária Executiva - que deixe
40 registrado na ata encaminhar e-mail para o Rogério Frazão apresentar nova justificativa; Jovino contribui
41 com o Denis que este assunto já esta sendo arrastado há muito tempo e que sugere a criação de critérios
42 para aceitar as justificativas, mas até então não tem este documento, ficando esta proposta como
43 sugestão; O Presidente Marcos justifica que não há critérios e que quando o conselheiro justifica temos a
44 boa fé de acreditar naquilo que foi colocado, mas a do Rogério que escreveu "estou fora" ficou a desejar,
45 subentendido várias interpretações; Delton registra que concorda com Francione, que é questão
46 estatutária e regimental, que é coerência convocar a todos. Milena não apresentou justificativa até a
47 presente data, tendo até 48h para apresentar. **ITEM II – INCLUSÃO DE PONTOS DE PAUTA: 1- Saída do**
48 **Conselheiro Marcos Antonio Medeiros Batista da Comissão de Ética; 2- Evitar gravação e vazamentos das**
49 **informações das reuniões virtuais por terceiros; 3-Inclusão de novos membros na Comissão de Ética; ITEM III**
50 **– INFORMES DA DIRETORIA:** O Presidente relatou as cidades visitadas nos municípios de Goiás, sendo
51 atendido por secretários de saúde, prefeitos, solicitando a reabertura das academias em todos os
52 municípios neste período da pandemia do Covid-19; visitou a SEDETEC, esteve com o Superintendente de
53 Saúde em Goiânia, que entrou em contato com Goiás Fomento para solicitar parceria para os profissionais



CREF 14
GO - TO

Conselho Regional de Educação Física - 14ª Região

GOIÁS E TOCANTINS
CNPJ 08.024.822/0001-14



54 e empresários registrados no Conselho e que ainda está em negociação para que esse atendimento possa
55 acontecer na sede do Conselho; que foram feitas diversas lives com este mesmo tema, que foi verificado
56 parceria com a Caixa Econômica Federal mas que não teve possibilidades diferentes do que ela já
57 oferece à população, fez lives com os profissionais da área de lutas, entrevistas com as grandes redes de
58 comunicação e rádio desde o período inicial da pandemia, lives com Wandinho – mestre em Educação
59 Física, com Dra. Maria Eugenia – advogada do CREF14/GO-TO e agendada com Rafael Cunha – Doutor
60 em Educação Física - e com Jorge Steinhilber – Presidente do CONFEF. Foi efetivada a troca do TI – do
61 CREF14/GO-TO com a saída do Bergson por motivo de vencimento de contrato de prestação de serviço e
62 foi apresentada a entrada de Yhuri - graduado em redes de computadores pela UEG/Trindade e que está
63 cursando pós-graduação em segurança e tecnologia de informação. Convocado neste momento, o TI
64 relatou o trabalho já realizado no Conselho, informando que o backup era realizado nas nuvens e agora
65 fica no servidor, dentro do CREF e no firell que controla todas as máquinas do conselho; foi informado sobre
66 a alteração realizada no Departamento Jurídico onde Dra Maria Eugenia assumirá a gerencia do
67 departamento, a partir de 1 de julho, no lugar do Dr. Francisco e, este ocupará o seu cargo, prazo para
68 que seja realizada a transição; acusamos o recebimento de Ofício do Ministério Público Estadual
69 questionando se o Conselho tem conhecimento de academias que estão em funcionamento neste
70 período de pandemia pelo Covid-19 contrárias a decisão do Decreto do Governador e que foi respondido
71 de imediato; que foi encaminhado ofício do CONFEF - Jorge Steinhilber ao Presidente da Republica a
72 respeito da lei de inconstitucionalidade da Lei Federal 9.696, para que seja corrigida o vício, da ação que
73 ocorre desde 2005. O Sistema terá dois anos, a partir do encerramento deste, e que está a pedido de vista
74 através de Gilmar Mendes e que não tem prazo específico de retorno; que tivemos contato para
75 agendamento de reunião com o presidente do SECOVI para tratar da atividade profissional, dentro dos
76 condomínios de Goiânia, neste período de pandemia, e também das atividades de pessoais nestes
77 locais; na última quinta feira o Presidente participou de reunião do Comitê de Crise da Prefeitura
78 representando o Conselho, junto com Dr. Paulo Gentil e representantes da secretaria de saúde, do
79 planejamento, do comandante geral da guarda municipal de Goiânia, da FECOMERCIO, da ACIEG, das
80 lojas Novo Mundo, Diretor da ADIEL, representantes de bares e restaurantes, hotelaria, SINDTURISMO e da
81 Associação dos Comerciantes da Rua 44, cobrando, enfaticamente, a secretária de saúde, que os
82 profissionais de Educação Física não suportariam ficar mais sem trabalhar após 01 de junho, justificando a
83 reabertura de espaços de atividades físicas e que os profissionais estão sendo cerceados no mercado de
84 trabalho, que a maioria das academias são de pequeno porte, que uma família inteira precisa do trabalho
85 dessas academias, que o SINDAC estava presente, que o Dr. Paulo Gentil apresentou dados técnicos e
86 científicos justificando a reabertura das academias e foi convidado como membro efetivo do COI e que o
87 recente quadro apresentado pela imprensa para que a abertura das academias voltariam em agosto de
88 2020 não é verídico e a solicitação é que as mesmas voltem a funcionar em 06 de junho ou até 15 de
89 junho. Conselheiro Francione relatou sobre duas lives que participou, a primeira com quarenta
90 participantes e a segunda com mais de 70 participantes, falando sobre a Comissão de Ética do Conselho;
91 participou também de reunião com Talles Barreto solicitando a inclusão do Conselho para buscar ajuda
92 de custo para as entidades do esporte; Conselheiro Marcelo informou sobre sua participação com o
93 Secretário da Fazenda de Aparecida de Goiânia, com dado interessante e preocupante, sobre a
94 arrecadação, que em comparação com o ano passado neste mesmo período a receita caiu em 59%,
95 mas que estão preocupados com a segurança da população no quesito de reabertura das academias;
96 que participou na data de hoje de uma live com o Denis-SINDAC e com o mestre Anderson Cruz sobre
97 procedimentos para a reabertura das academias; A Conselheira Carolline Gimenes falou que todas as
98 ações realizadas em Goiás, que tentassem levar para o Tocantins também porque sem o Departamento
99 Jurídico em Palmas, na Seccional, não tem como efetivar as ações, pedindo que estas mesmas ações
100 possa acontecer no Tocantins; relatou também como informes que participou de reunião de comitês com
101 relação ao movimento para a abertura de academias e que a principio não foi atendida e ontem, sexta-
102 feira, recebeu a notícia de que a abertura das mesmas será realizada no município de Palmas no dia
103 15/06; que participou de uma live com professor Cesar e que tinha um participante insistindo com ela sobre
104 em quem ela votaria para presidente do CONFEF e que recebeu muitos questionamentos administrativos
105 com relação à seccional; O Presidente Marcos Lopes informou que encaminhou ofícios ao Tocantins para



106 que Carolline participasse de reuniões e solicitou ofícios a prefeita de Palmas e ao Secretário de Saúde do
107 Tocantins para realizar este mesmo trabalho. Carolline agradeceu esta ação do presidente Marcos Lopes,
108 que se dispôs a ir ao Tocantins caso seja necessário; Conselheiro Ernesto comunica que participou da
109 palestra intermediada pelo conselheiro Willian, agradecendo a todos que participaram do colegiado da
110 Comissão de Ética, agradecendo a participação do Ex Conselheiro Davi Alecrim e James Shitzu; **ITEM IV –**
111 **RESOLUÇÃO PARA REGULAMENTAR AS REUNIÕES TELEPRESENCIAIS COM PAGAMENTOS DE JETONS, DURANTE**
112 **O PERÍODO DA PANDEMIA DO COVID-19:** O Presidente iniciou falando do encaminhamento da minuta da
113 resolução aos conselheiros para leitura e abriu manifestação para quem conseguiu fazer a leitura.
114 Conselheiro Jovino ficou preocupado com essa proposta e entende que é só para o período da
115 pandemia e que percebe os problemas dos profissionais de Educação Física, percebe que a questão
116 econômica esta trazendo grandes prejuízos a sociedade a nível de Brasil, de mundo e que verificou junto
117 ao TCU que, deixa bem claro, a função do conselheiro honorífica, ou seja, voluntário, e o que diz a respeito
118 de jetons, a pagamento de verbas indenizatórias e quando há gastos tem que ser comprovados, de
119 ressarcir diversas despesas como transporte, alimentação, e como reunião virtual não vê este tipo de
120 despesa, não consegue deslumbrar e conseqüentemente, não vê justificativa. Quando a reunião
121 acontece na sede do Conselho justifica a despesa, mas estará usando seu tempo como contribuição e
122 justifica que pode ser retirado este ponto de pauta antes de colocar em votação. Bruno Matos agradece
123 a oportunidade sobre o momento de pandemia que toda categoria está sofrendo, que apesar de ser
124 legal, neste momento não é interessante realizar este pagamento, que lembra sobre a fala do Denis que
125 em algumas reuniões atrás não concordou em receber em reuniões virtuais e que se for aprovado abre
126 mão do pagamento. Ernesto fez a leitura da minuta e coloca que está tendo de 3 a 5 reuniões por dia
127 neste período de pandemia, que precisa estar com a cabeça no lugar e que acha pertinente o
128 pagamento e que as reuniões da CEP devem continuar a serem realizadas e, que hoje, sábado, está
129 sentado na frente do computador trabalhando, normalmente, e que está trabalhando muito mais em
130 casa e que pede o retorno do trabalho da Comissão de Ética, que as academias de Itumbiara estão
131 funcionando com decreto municipal, com todas as devidas medidas de segurança; e sugere que na
132 minuta apresentada é colocada a participação de 100% para recebimento do jeton e que pode ocorrer
133 imprevistos, como queda de energia, ou um imprevisto com a família que está em casa, que no artigo
134 quinto fala da delegacia do órgão e no artigo sexto sobre as deliberações da diretoria, se está sendo
135 considerada as reuniões propostas pelas comissões em 2020. O Presidente Marcos Lopes lembra que é
136 nesta Plenária que é o momento para leitura, discussão e/ou aprovação. Marcelo explana sobre a
137 questão de viagens que alguns conselheiros precisam se deslocar do interior ou de Palmas para as reuniões
138 presenciais e que não teria essas despesas pagas, tendo uma redução do custo para o Conselho e que
139 hoje teve uma considerada participação de conselheiros, virtualmente, que normalmente não tem, que
140 apresenta o que Denis falou e que poderia acrescentar na minuta a escrita sobre a gravação das reuniões
141 contemplando as sugestões apresentadas. Francione agradece as considerações de todos e questiona
142 quais conselheiros continuam participando das comissões nesta nova gestão, e se não estão, se seria por
143 motivo de não receberem; Luiz Gustavo concorda com a fala de todos, momento de pandemia, entende
144 o lado do profissional em pagar o conselho mas tem que olhar para o conselheiro, que abre mão de
145 trabalhar no sábado e que deixou este momento para atuar no CREF e que seu voto, sua presença, tudo é
146 pago. Nos R\$220,00 (duzentos e vinte reais) pagos para reuniões, que no momento pensa nos riscos de
147 participação dos Conselheiros que estão no grupo de risco nas reuniões presenciais e que acha que
148 alguns conselheiros não fizeram a leitura da minuta. Jovino disse que sua preocupação aumenta, que não
149 podemos associar o trabalho voluntário a economia do conselho; que temos uma participação maior hoje
150 na reunião virtual e que muitos processos serão diferentes pós pandemia e que poderá ser só reunião
151 virtual, e qual seria a diferença da reunião presencial ou virtual, e que isso aumenta a preocupação do
152 pagamento de ajuda de custo; que o trabalho do conselho foi discutido junto aos auditores do TCU que é
153 voluntário, que isso pode ser ajuda de custo mas quando não há normatização não deve ser colocado
154 como salário e da forma como foi colocado parece salário. O momento é de averiguar, de tratar bem
155 claro, é voluntariado ou não, que é bem simples. Presidente Marcos Lopes fala que o TCU diz que quando
156 não há normatização, não pode ter pagamento; que essa Resolução é só para o período da pandemia;
157 Denis esclarece que Marcos Lopes já estava no conselho alguns anos atrás e que algumas atitudes devem



158 ser muito bem pensadas e que as conquistas para os filiados já foram grandes e que não podemos ter
159 retrocessos; que não vê motivo de pagamento para reuniões virtuais e que esse assunto vazou aos
160 empresários no passado e ficou muito mal, que também está parado no momento, impedido de trabalhar
161 já tem uns dois meses pela pandemia e que isso é agressivo aos profissionais, que tem que estar no
162 Conselho, de livre e espontânea vontade e que depois vem falando de economia, que podemos fazer
163 reuniões virtuais e que não podemos fazer o papel do advogado do diabo, que não é favorável ao
164 retorno deste pagamento e que não concorda com este tipo de pagamento. O Presidente Marcos Lopes
165 explica sobre as reuniões virtuais que gasta energia e internet da residência, tempo para planejar e
166 executar as ações; Iranse esclarece que tem certeza que não existe impedimento jurídico e fala conforme
167 Jovino, que sabe que trabalho virtual tem custos, mas que não é ético com nossos pares, que o que vai
168 soar aos colegas é que não recebíamos jetons em reuniões virtuais e que nós estamos dando um jeitinho
169 de receber e que, na academia dele, todos os funcionários tiveram o salário reduzido e que estamos igual
170 político, que corta de todo mundo menos o deles; que quer falar sobre taxas que os profissionais não
171 pagaram e que estão recebendo multa, que quer falar sobre isso depois; Luiz Gustavo faz um comentário
172 na fala do Jovino e que tenha deturpado sua fala e que nunca esteve no conselho para ganhar salário e
173 que a palavra não é salário, remuneração é indenização e, diante de tudo que está sendo colocado é o
174 momento de votação baseado nas argumentações de cada um e espera que não deturpem a fala dele,
175 se é moral ou ilegal pode discutir, mas deturpar está errado, vamos mostrar moralidade em quem recebeu
176 jetom por uma reunião de 3 minutos no passado que podem devolver, e espera que todos consigam dar
177 resposta sem saber que tem conselheiro que nunca pisou no conselho após a posse desta diretoria; Willian
178 Mendes prefere falar após ouvir o jurídico; Dra. Maria Eugenia deseja boa tarde a todos e ressalta que a
179 discussão tem que se pautar de moralidade e conveniência porque a questão de legalidade deste tem,
180 em forma de resolução, que não é ilícito, não é ilegal e não está sendo pioneiro e que nós estamos sendo
181 os últimos a tocar neste tema, que a pandemia está aí há mais de 70 dias e que tem mais conselhos
182 profissionais que regularizaram esta situação, TCU, CRM opinando que as deliberações de órgãos colegiais
183 não devem paralisar, seja de forma de pagamento de jetom ou não que é necessário dar continuidade
184 ao trabalho porque não sabemos até quando isso vai perdurar, que a matéria é legal, que estamos
185 vivendo uma situação muito diferenciada e que os pagamentos realizados no passado não tiveram
186 regramentos e que esta situação é outra, que versa apenas para o período de pandemia, acabando a
187 mesma, a resolução perde seu valor, que quando a diretoria solicitou foi feito um estudo e esperamos
188 transcorrer este período do mês de abril e que o mesmo foi demorado devido a cautela para os devidos
189 pagamentos, com acréscimos; quanto a fala dos conselheiros Marcelo e Denis sobre deturpação do
190 conteúdo da plenária, de fato a participação ser aberta, a divulgação aleatória, que concorda com a
191 sugestão sobre a divulgação, que a resolução é legal e que só deve perdurar no período de pandemia;
192 Dr. Francisco fala neste momento que achou pontual a fala de todo os conselheiros, que explica o que
193 aconteceu antigamente nos pagamentos das reuniões virtuais, que os que houveram são irregulares
194 porque não tinham regulamentação; que já estamos levantando os pagamentos indevidos e que marcou
195 a fala de alguns conselheiros; sobre a do Denis informa que a reunião virtual tem critérios bem
196 estabelecidos, não é só por email, é gravada, redigida, e para ser considerada imoral depende da visão
197 de cada um. O Conselheiro Iranse relata que não há impedimento legal nenhum, é razoável, vários órgãos
198 estão realizando este tipo de pagamento para reuniões telepresenciais; Willian Mendes chamou a
199 atenção da fala da Dra. Maria Eugenia, sobre o documento do TCU apresentado por ela, sobre a
200 regulamentação de pagamento de reuniões virtuais, se são documentos recentes; Dra. Maria Eugenia fala
201 que são recentíssimos, de 20 de março de 2020 e que o TCU não regulamenta, ele recomenda, e que tem
202 outro documento recente para que os órgãos não parem suas funções mesmo porque não tem prazo
203 para acabar a pandemia; Willian Mendes relata a função de tesoureiro que exerceu na última gestão e
204 que durante a visita do TCU no Conselho ficou claro pra eles, que se não tiver conselheiro a disposição
205 para trabalho voluntario, que faça a troca d mesmo; que tem profissionais reclamando sobre pagamento
206 de anuidades e que não vê trabalho pago em homeoffice e que ninguém cobra a energia usada em
207 casa, que pede vistas ao processo da minuta apresentada para analisar os documentos anexos, que são
208 recentes do TCU; Marco Antonio esclarece neste momento que se o conselheiro Willian Mendes pediu
209 vistas é melhor encerrar por aqui porque se não a reunião não acaba; Francione manifesta alguns pontos,



210 que não vê imoralidade em pagamento de reuniões virtuais neste momento, que vê imoral o pagamento
211 de 3 reuniões no mesmo dia, imoral é conselheiro colocar o nome e nunca aparecer no Conselho, numa
212 reunião de Comissão, de Assessoramento, que acha importante a discussão colocada. O Presidente
213 Marcos Lopes esclarece que não é processo e sim parecer, mas que os conselheiros tenham acesso ao
214 parecer jurídico e aos documentos elencados nesta minuta. Fica decidido que será encaminhado aos
215 Conselheiros o Parecer Jurídico bem como os documentos que foram anexados ao mesmo para leitura e
216 análise. **ITEM V: CRIAÇÃO DA COMISSÃO CIENTÍFICA DO CREF14/GO-TO:** O Presidente Marcos Lopes
217 esclarece o porquê da criação desta comissão, principalmente neste período de pandemia, para
218 manifestar perante aos órgãos públicos nos pedidos apresentados como por exemplo, a reabertura das
219 academias; que entrou em contato com os profissionais por whatsapp para participarem desta referida
220 comissão e encaminhou os currículos desses profissionais a todos os conselheiros para análise, são eles:
221 Celio, Linda Moreira, Rafael Cunha, Paulo Gentil, Iranse e Willian Lima e que todos aceitaram o convite
222 para contribuir com esta comissão para que a mesma venha a ser pioneira no sistema CONFEF/CREF's,
223 criando um banco de dados para que profissionais e acadêmicos tenham acesso, talvez criando um
224 prêmio para as melhores publicações realizadas no ano, não sendo premiação pecuniária, que envolve
225 valores, criando o regimento interno desta comissão e propondo que as reuniões sejam virtuais devido ao
226 tempo de todos. Rodrigo Mangela acha super válido a criação desta comissão, que a premiação tem que
227 existir, uma honraria, uma divulgação, mas a participação de Nozelmar Borges na referida Comissão ele
228 não concorda porque desde que entrou no Conselho nunca viu a participação dele e por qual motivo ele
229 seria colocado nesta Comissão. Iranse reforça que o CREF14 saindo na frente está dando exemplo ao
230 CONFEF e que Marcos Lopes foi feliz em escolher esses profissionais que estão no meio acadêmico e que
231 há a possibilidade de expor o Conselho, mostrando a importância da classe, como profissionais de saúde,
232 que não estamos vendo só como profissionais de saúde, claro que mais colegas podem contribuir, mas a
233 ideia é que de início pudesse ser por profissionais doutores, que tenham diferenciais. Marco Antonio lembra
234 que essa comissão é diferente da Comissão de Ensino Superior e a segunda coisa é que é contra colocar
235 dois conselheiros que tem título de doutor, que não vê a necessidade de ter suplente, neste caso, que eles
236 precisam estar lá dentro de uma forma ou de outra. Ernesto parabeniza a ideia do presidente, valorizando
237 o profissional de educação física e indicaria a experiência que Jovino teve quando participou no CONFEF
238 na comissão científica associada ao profissional de educação física, aliando uma situação com a outra,
239 que possa ser uma Comissão Científica: exercício e saúde. Bruno parabeniza pela iniciativa que é válida e
240 formidável, que é algo que já foi pensado no passado, que é interessante e válida, que tem três
241 considerações a fazer, a primeira, seria se todos os membros indicados tem registro no conselho, se estão
242 em dia com suas obrigações perante o conselho, segundo é que tem outros doutores em Goiás, como
243 Anderson Cruz, Siesimar e Claudio Lira, este último que está entre as principais publicações e sobre o Paulo
244 Gentil observa que ele teve um artigo publicado recentemente e que foi rejeitado por inconsistência de
245 dados, que poderia ser pensado e avaliado antes de colocá-lo na comissão e, mais uma vez, parabeniza
246 pela criação da comissão. O Presidente Marcos Lopes agradece; Willian Mendes reforça a iniciativa e
247 aproveita a fala do Francione e Ernesto que a UNIVERSO dá credibilidade dentro do contexto e sobre o
248 fato do Nozelmar não aparecer no Conselho informa que ele é muito ocupado e que de repente uma
249 ligação pra ele pode aproximar sua participação, que é papel da diretoria fazer essa busca, que não faz
250 mal nenhum esta ação, que uma vez o Presidente Marcos Lopes se afastou do Conselho e que a diretoria
251 fez essa ligação e o reaproximou dos membros do Conselho; Diego diz que foi excelente a iniciativa, mas
252 volta no ponto do Rodrigo Mangela que, por mais valoroso que o Nozelmar tenha prestado no passado,
253 não seja conveniente fazer o convite a ele, sendo que ele está numa comissão, que foi colocado, mas
254 que talvez a pessoa não esteja apto a trabalhar em prol no momento e, se ele tiver interesse de participar
255 do conselho, que estamos de braços abertos em recebê-lo, que precisamos neste momento de pessoas
256 que vão contribuir e não pensando no nome do conselho. O Presidente Marcos Lopes esclarece que
257 Nozelmar teve alguns problemas familiares, que parece que está com a esposa grávida, que precisa
258 avaliar melhor. Denis parabeniza a ideia, que vai agregar bastante valor, que estão com nome de peso,
259 que vai fazer uma grande diferença e que não pode fundir com a comissão universitária, mas aproximar,
260 que se complementam, que tentamos fazer uma comissão de estudantes e não funcionou e que será de
261 grande contribuição; O Presidente esclarece que elas não serão fundidas, que terão as duas Científica e



262 Ensino Superior, caminhando lado a lado. Marco Antonio, por questão de ordem vai se retirar da reunião
263 neste momento e pede que coloque seu comunicado sobre a sua saída da Comissão de Ética. Ernesto
264 lembra que não tem como difundir a comissão de Ensino superior porque ela é permanente, assim como
265 tem que retornar a Comissão de Ensino Escolar. O Presidente justifica que falou aos doutores convidados
266 que levaria o nome deles para apreciação e votação na Plenária e que falou ao Paulo Gentil que se fosse
267 criada e aprovada nessa reunião plenária, na reunião da próxima segunda do COI ele já poderia assumir
268 como membro da Comissão. Neste momento foi efetivado o conselheiro Thiago Remotto no lugar de
269 Marco Antonio para votação, às 17h05. Colocada em votação a criação desta comissão, que quem é
270 contrário se manifeste. Bruno disse que não é contrária a criação, mas se abstém devido à indicação do
271 Paulo Gentil, justificado o motivo anteriormente. Fica aprovada, por maioria, a criação da comissão
272 científica bem como os membros elencados para esta comissão. **ITEM VI: APROVAÇÃO A**
273 **RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A FISCALIZAÇÃO:** Francione fez a leitura da minuta e agradece e
274 parabeniza ao Departamento Jurídico, que o documento foi construído pela equipe de fiscalização do
275 Conselho, que no artigo 10 sugere que o TI nos auxilie na criação de um documento que gera protocolo
276 para acompanhamento para rastrear o processo e que é de acordo com o documento. Bruno Matos
277 questiona quem mais participou na construção da minuta; O Presidente Marcos Lopes informa que a
278 diretoria e o gerente da fiscalização participaram da criação da minuta. Bruno questiona se no artigo 8,
279 letra k, será feito pelo agente de fiscalização na hora da mesma; O Presidente Marcos Lopes esclarece
280 que a princípio poderia chamar reforço policial caso haja ameaça ou obstáculo; Bruno pergunta se é pelo
281 próprio agente in loco, perfeito, diz Bruno; no artigo 15, Bruno questiona se o quantitativo de fiscal que
282 temos hoje, se acha que é impossível cumprir com a quantidade proposta e se este número vale tanto
283 para Goiás quanto para Tocantins e se foi feita análise, se nosso material físico e humano consegue passar
284 por todo esse território. Presidente diz que Goiás é possível, mas Tocantins acredita que não; Francione
285 esclarece que isso foi discutido, que se o fiscal realizar seis visitas, três de manhã, três a tarde, fará trinta
286 visitas por semana e, em média 120/130 visitas por mês e caso ele faça menos, o fiscal apresenta
287 justificativa e que este número foi discutido com fiscais e o gerente de fiscalização. Bruno fala que antes de
288 2015, o conselho fazia visitas de forma rápida e acelerada e que isso foi alterado para fazer visitas com
289 mais qualidade e não quantidade e que para visitar e produzir relatórios acredita que esse número não é
290 ideal e que a fiscalização é "sua namorada" que ele namora a fiscalização e que se o fiscal participou
291 desta decisão, com relação à quantidade, ele fica mais tranquilo. Francione explica que o número não é
292 engessado e que caso não seja atingido apresentará relatório. Delton acha que alguns tópicos são de
293 interesse dos conselheiros e quer manifestar sobre alguns artigos. Marcelo explica que fez um
294 levantamento/estudo sobre esses dados durante o trabalho da fiscalização nos últimos seis meses
295 colocados na minuta, que a COF participou e que os fiscais contribuíram para chegar neste número e que
296 nada está pronto e acabado e que pode ser alterado. Bruno agradece os esclarecimentos e coloca o
297 artigo 18, letra a, que tem locais que é inviável conseguir duas testemunhas para assinarem os autos e que
298 no CREF7 tem um aparelho que filma nas fiscalizações, e que se colocar essa obrigatoriedade vai anular a
299 maioria dos autos de infração, que devemos pensar com mais cautela; que no artigo 29, que na
300 academia os alunos, a maioria são cúmplices do ilegal, e que neste momento é impossível conseguir
301 alguém para assinar e que nestas situações são constantes e que o fiscal tem fé pública. No artigo 31, o
302 tópico 13, inscrição na dívida ativa – nunca fizemos - questiona se agora isso será implantado; no artigo 36,
303 parágrafo único, o fiscal não pode emitir A/R, que é de competência da presidência, não podemos deixar
304 que o fiscal emite esse A/R; no artigo 37 fala também de emissão de ofício que também não pode ser feito
305 pelo fiscal, que deve partir da presidência, entender que além das viagens, de funções que o fiscal vai
306 assumir precisamos rever se o fiscal vai ter condições de fiscalizar a quantidade proposta. O Presidente
307 Marcos Lopes esclarece que a presidência é quem vai assumir o envio de ofícios e os A/R. Ernesto entende
308 o quantitativo para que os fiscais consigam atingir e que caso não atinjam questiona o que será feito de
309 punição. Jovino ficou com dúvida que consta a nomenclatura agente de fiscalização e fiscal de
310 orientação e fiscalização, e questiona se serão utilizadas as duas nomenclaturas. O Presidente Marcos
311 Lopes esclarece que serão utilizadas as duas, mas que pode uniformizar. Delton manifesta que a
312 quantidade de visita poderia limitar, que grande parte das visitas são poucas e que esse número pode ser
313 muito e que seis visitas por dia, por oito horas de trabalho é viável, mas quando é no interior tem que ver se



314 contempla. Quanto à estrutura da fiscalização houve alterações, que já participou da Comissão de
315 Fiscalização e agora que na nova proposta não tem mais acesso aos fiscais e o nosso contato direto será o
316 agente administrativo. Francione esclarece que a COF é o órgão máximo e que está abaixo da plenária e
317 que contribuirá com o planejamento, e que temos pessoas distintas no departamento e que foi criado o
318 agente administrativo e que cada um, pela resolução, tem funções diferentes, que achou interessante
319 esta estrutura. Francione relata que não limitou, mas que é preciso alinhar a hierarquia, não há nada que
320 impeça o diálogo com o fiscal. Delton diz que a estrutura é outra. Bruno questiona que o Francione fala
321 das defesas gerando protocolos para acompanhamento do tramite, e fala se vamos conseguir dar
322 resposta por e-mail ou telefone, e que devido ao problema atual que temos na lentidão em responder, se
323 terá eficiência; no artigo 43, tópico 3, seria possível no texto acrescentar "1º Instância" resolvendo a
324 pendência; Dra. Maria Eugenia esclarece sobre haver a previsão ou não de protocolos que os autos
325 cheguem a COF com todos os tramites necessários, são atos processuais que não eram feitos e que seja
326 efetivo para cuidar de todo o protocolo que foi feito para a fiscalização, com atividades restritas ao
327 gerente e supervisor e a COF viabilizando de forma física ou virtualmente, com link próprio para esta
328 finalidade, que a própria resolução já traz expressa que haverá a criação do protocolo; no artigo 4º
329 quando traça a composição da fiscalização foi criada de forma delimitada que quem realiza essa
330 fiscalização que é um servidor, que os autos cheguem a COF com todos os tramites necessário, e vocês
331 Conselheiros tem que analisarem, que cria o agente específico administrativo, que cria o um "gerentinho"
332 que está abaixo do Gerente de Fiscalização, que auxiliará no treinamento da equipe, na criação de rotas
333 e que é uma situação nova; sobre a questão dos indícios de provas, que temos uma montagem falha e
334 que essa responsabilidade que o fiscal tem, a atenção de entregar o auto sem rasuras e que colocado
335 duas testemunhas é válido e se optar para reduzir pra um é adequado, porque é inaquedado quando não
336 há nenhum. Outra mudança é que o autuado não recorria e o processo era revisado pela COF, agora a
337 COF só vai atuar se a parte recorrer e quem vai revisar é a plenária, porque toda decisão deve ser
338 homologada pela plenária depois que um conselheiro pedir vistas pelo processo e a decisão será posta
339 para votação e é isso que a resolução traz deixando o trabalho da COF mais técnico, a COF será
340 responsável na emissão de parecer, vai auxiliar na elaboração de rotas, que com relação a quantidade
341 de visitas foi decidido com muita cautela, compreende seis visitas por dia e tem uma margem muito
342 grande e que tem 1h25' para executar uma visita, segundo palavra dos fiscais e diretores que participaram
343 na construção desse numero, que foi calculada e estudada; e caso não cumpram a meta pode ser
344 aberto um PAD gerando advertência e até demissão; acrescentar 1º Instância conforme Bruno sugeriu não
345 concordo e a plenária pode mudar esta decisão, que deve ser observada, que vai funcionar como revisor
346 de todo o processo. Bruno relata que sabe que alguns fiscais não participaram da confecção da minuta,
347 que tem gargalos e que agradece o espaço. Rubens fala que nestas duas reuniões plenárias já discutiram
348 essa minuta e que não há aprovação da mesma. Sugiro que seja levada em votação e os que forem
349 contrários se manifestem. Francione explica que tem a questão de solicitar a Dra. Maria Eugenia até que
350 ponto o julgamento fica para a COF e até que ponto vai para a CEP e o último ponto discordo do Bruno
351 que não foi discutido com os fiscais e que o gerente participou junto com os demais fiscais e reforça a
352 importância de ter no mínimo duas provas para que seja julgado de forma correto. O Presidente Marcos
353 Lopes reforça que depois vai olhar qual fiscal não participou conforme Bruno relatou e vai tirar dúvida
354 quanto ao documento que trata integralmente Goiás e Tocantins e se de acordo com essa nova estrutura
355 é atendido igualmente o Tocantins e que na implementação deste documento gostaria de participar, se
356 possível. Bruno questiona se todos os fiscais participaram e sabe que um deles não participou e diz que não
357 tem problema nenhum em dizer qual fiscal não participou da confecção deste documento. Marcelo
358 responde a Caroline sobre as 130 fiscalizações mensais para o Tocantins, que foi feito um estudo e que se
359 achar pertinente pode alterar para o Tocantins, agora dado todo estudo realizado, acredita que é possível
360 ser feito. Ernesto fala que se no Tocantins tivesse mais fiscais ficaria mais fácil de cumprir e outro detalhe,
361 que a primeira instancia só pode ser julgado pela plenária e não pela COF. Denis parabeniza a fala da
362 Dra. Maria Eugenia e efetivando a função de cada departamento ficará mais fácil a realização do
363 trabalho dos conselheiros. Fala também que deve haver mais paciência pelos diretores, que os
364 conselheiros só têm a plenária para discutirem. O Presidente Marcos Lopes informa que os conselheiros que
365 se manifestem contrários à minuta se apresentem. Colocada em votação a aprovação da minuta



366 somente Bruno Matos é contrário e fica aprovada, por maioria. – **INCLUSÃO DE PONTOS DE PAUTA 1- Saída**
367 **do Conselheiro Marcos Antonio Medeiros Batista da Comissão de Ética:** Marco Antonio Medeiros Batista
368 justifica que por problemas pessoais informa sua saída da Comissão de Ética; Willian Mendes questiona o
369 real motivo, que fica parecendo com a justificativa apresentada do Rogério Frazão; Francione esclarece
370 que o horário das reuniões estava chocando com a agenda do Conselheiro Marco Antônio e que o
371 mesmo não estava tendo como comparecer. Colocada em votação, fica aprovada por maioria e um
372 voto de abstenção do Willian Mendes. **2- Evitar gravação e vazamentos das informações das reuniões**
373 **virtuais por terceiros:** Conselheiro Denis relata a preocupação de gravação das reuniões e por ter vazado
374 informações sigilosas por interesse próprio em gestões passadas. Foi discutido que os conselheiros são
375 responsáveis pelo sigilo das informações. **3-Inclusão de novos membros na Comissão de Ética:** Conselheiro
376 Bruno tem o mesmo posicionamento da última reunião que só aceita entrar profissional de fora, caso
377 nenhum dos membros atuais da gestão tenham a disponibilidade e que ele mantém sua candidatura ao
378 cargo. Conselheiro Ernesto encaminhou dois currículos de profissionais para participarem da Comissão de
379 Ética, que encontram-se anexos a esta ata e explana que tem dificuldades na fundamentação dos
380 processos da comissão e devido a isso a CEP tem sofrido várias alterações por necessidade e dificuldade
381 dos colegas que entram e não conseguem executar o trabalho. Diego parabeniza Ernesto pelo empenho
382 frente à Comissão de Ética e fala que é contra a participação do Conselheiro Bruno na Comissão de Ética
383 por ele estar respondendo a um Processo Ético, que não seria nem legal e nem moral e remete a fala de
384 discussão de pagamento de reuniões na plenária, onde discutiu o ponto ilegal e imoral e reforçou o ponto
385 da imoralidade que Bruno Matos responde a processo de comissão ética do Conselho Federal, não sendo
386 moral sua participação, justamente na Comissão de Ética, até o processo correr, no ponto de vista moral a
387 participação dele, em nenhuma comissão, que é contraditório ele se candidatar como membro da comissão
388 e ao mesmo tempo em que não concorda com pagamento de reuniões virtuais. Marcelo trabalha na
389 mesma vertente com Diego e, neste momento, o mais importante é preservar a Instituição solicitando a
390 manifestação do Departamento Jurídico que se faz presente, neste momento. Dra. Maria Eugenia informa
391 impedimento legal e o ideal é que tivesse um tempo para elaborar um parecer, embora não teve tempo
392 para procurar o artigo, há impedimento ilícito nesta comissão específica. Francione deixa claro que não
393 há nada contra, pessoal e profissional, ao Bruno e que não sentiria confortável e endossa a frase do Diego
394 e que aguarda a decisão deste processo para dar transparência a CEP. Denis falou sobre o
395 posicionamento do Conselheiro Diego que parece que tem divisão política entre os conselheiros e que sua
396 fala sobre o pagamento de jeton se é legal ou não, não precisava voltar no assunto de pagamento de
397 reunião virtual, sendo que este assunto de gestão foi tratado no início da reunião e que relata sobre
398 conquistas na gestão do Jovino e que vem sendo conciliada com a nova gestão e concorda também
399 que ele não participe desta comissão. Dr. Francisco contribui com o que Denis relatou e sugeriu discutir em
400 outras oportunidades e divulgou que recebeu notícias do CREF6/MG sobre o processo referente ao
401 Conselheiro Bruno e que o CONFEF é que tomará todas as decisões, entendendo também que qualquer
402 impedimento será após a conclusão do processo, e que há um impedimento para o Bruno sim, em
403 participar destas comissões. Diego informa que na sua fala fez só um paralelo com relação à imoralidade e
404 que não tem divisão com relação ao grupo de conselheiros. Se o Denis entendeu diferente não foi isso que
405 ele quis dizer. Francione esclarece que também não tem divisão e que reconhece no conselheiro Bruno
406 grandes qualidades e que é só questão de aguardar o julgamento e dar transparência a comissão. O
407 Presidente questiona se Bruno mantém a disposição da CEP e Bruno fala sobre a posição do Diego e
408 discorda, que ele tem que ter conhecimento, que em momento nenhum seu processo passou pela
409 plenária do CREF14 e que ele não pode comentar por sigilo ético, porém o presidente do CREF14 tem
410 poder de apresentar o processo na plenária, como aconteceu, de que jeito, Bruno não pode apresentar,
411 mas o presidente pode e mantém, seu nome, para a vaga na Comissão de Ética e agradece a fala do
412 conselheiro Francione e que está dentro do conselho para ajudar da melhor forma e através da fala dos
413 profissionais. Bruno fala que o que recebe lá fora é que o motiva a continuar, agradecendo ao professor
414 Denis pela fala também, e que tem muito apreço e respeito por ele e podem ter a certeza que em
415 momento algum será sua intenção em prejudicar o conselho, que lá atrás se candidatou na comissão de
416 fiscalização e não foi eleito e que está á disposição para ajudar da forma que for preciso. Dr. Francisco
417 informa que o Presidente Marcos Lopes não pode apresentar este processo na plenária. Ernesto fala que o



418 processo está em votação e não pode ser apresentado em Plenária e só será colocada em momento
419 específico. Bruno fala que Ernesto está equivocado. Colocada em votação foi solicitado que os
420 conselheiros contrários a entrada do Conselheiro Bruno na Comissão de Ética queiram se manifestar:
421 William Mendes contra, Luiz contra, Denis contra, Delton contra, William Moisés contra, Diego contra,
422 Francione contra, Rodrigo contra, Ernesto contra, Iranse contra no momento, Jullyanna contra, Thiago
423 Remoto contra, Jovino contra, Carolline se abstém, Marcelo contra, Rubens contra, Marcos Lopes contra,
424 Paulo Maia se abstém. Por maioria de votos, fica decidida pela não participação do conselheiro Bruno
425 Matos na Comissão de Ética Profissional. Willian Mendes questiona quantas pessoas fazem parte da
426 Comissão que moram no interior e Ernesto responde que um é de Caldas Novas e o outro é de Goiânia:
427 Professor Dr. Leonardo e Especialista Murilo. Colocada em votação a participação de Dr. Leonardo,
428 conselheiros contrários se manifestam. Bruno se abstém das duas votações e neste momento pede sua
429 saída, as 18h49'. Fica aprovado como membro da CEP Dr. Leonardo. Colocada em votação como
430 membro especialista Murilo Henrique de Almeida, conselheiros contrários se manifestem: aprovado por
431 maioria. **ITEM VII - ASSUNTOS GERAIS:** O Presidente Marcos Lopes solicita o retorno imediato dos trabalhos
432 das Comissões do Conselho, que os presidentes façam as convocações para retorno imediato. Jovino
433 solicita esclarecimento sobre aprovação de ata, que a última Ata Plenária Virtual não foi aprovada em
434 plenária. Solicita que na parte do portal da transparência sobre a parte financeira que seja atualizada,
435 porque não está em dia. Luiz Gustavo esclarece sobre o que ocorreu e se coloca a disposição para
436 mostrar os relatórios na próxima reunião. Jovino questiona sobre a RAIZ e Luiz fala que está a disposição no
437 conselho e Marcos Lopes pede que o Rafael envie por email ao Jovino. O Presidente Marcos Lopes
438 esclareceu sobre a última ata Plenária Virtual, que foi enviada por email e que não houve manifestações
439 contrárias e sendo aprovada. **ITEM VIII: LEITURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DA REUNIÃO:** O
440 Presidente, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 19 horas e 02 minutos e, para constar,
441 foi lavrada a presente Ata, que teve como digitadora a empregada efetiva dos Quadros Funcionais do
442 CREF14/GO-TO, Loraine Rios Porta, nomeada pela Portaria CREF14/GO-TO nº 096/2020 que também assina
443 abaixo, que depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelos membros presentes à reunião.

444
445
446 Goiânia em 30 de maio de 2020
447
448
449

450 Bruno José Rosa Gonçalves de Matos
451 CREF 002319-G/GO

452
453
454
455 Carolline Gimenez Graça
456 CREF 000255-G/GO

457
458
459 Delton Domingos Rosa
460 CREF 000849-G/GO

461
462
463
464 Denis Diniz
465 CREF 000301-G/GO

466
467
468
469 Diego Adams Rezende
470 004259-G/GO

471
472
473



474 Ernesto Flávio Batista Borges Pereira
475 CREF 001070-G/GO
476
477
478
479 Francione Cardoso
480 CREF 000878-G/GO
481
482
483
484 Iranse Oliveira Silva
485 CREF 000227-G/GO
486
487
488
489 Jovino Oliveira Ferreira
490 CREF 000598-G/GO
491
492
493
494 Jullyanna Karoliny Silva
495 CREF 004173-G/GO
496
497
498
499 Luiz Gustavo Peres da Silva
500 CREF 006098-G/GO
501
502
503
504 Marcelo de Castro Spada Ribeiro
505 CREF 001934-G/GO
506
507
508
509
510 Marco Antônio de Medeiros Batista
511 CREF 000675-G/GO
512
513
514
515 Mauro Roriz dos Santos
516 CREF 000190-G/GO
517
518
519
520 Marcos Lopes de Oliveira
521 CREF 000698-G/GO
522
523
524
525 Milena Emídio Souza
526 CREF 000580-G/GO
527
528
529
530 Nozelmar Borges de Sousa Júnior
531 CREF 002279-G/GO
532
533



CREF 14
GO - TO

Conselho Regional de Educação Física - 14ª Região

GOIÁS E TOCANTINS
CNPJ 08.024.822/0001-14



534
535 Paulo Maia Brasil
536 CREF 001724-G/GO
537
538
539
540 Rodrigo Mangela Gomes Cardoso
541 CREF 002694-G/GO
542
543
544
545 Rogério Pereira Ataíde Frazão
546 CREF 001106-G/GO
547
548
549
550 Rubens Pereira de Melo Júnior
551 CREF 003073-G/GO
552
553
554
555 Thiago Remotto Domiciano
556 CREF 001074-G/GO
557
558
559
560 William Alves Lima
561 CREF 001141-G/GO
562
563
564
565 Willian Mendes Costa
566 CREF 000522-G/GO
567
568
569
570 William Moisés de Souza
571 CREF 000877-G/GO
572
573
574
575 Loraine Rios Porta
576 CREF 000510-G/GO
577
578
579
580
581
582
583
584